Colocar a pobreza infantil na agenda política.

O que se passa na infância, não fica na infância

A pobreza infantil distingue-se de outras formas de pobreza dado que afeta uma categoria social concreta, a infância, que se caracteriza por uma dupla dependência das pessoas adultas, biológica e social, que **torna as crianças potencialmente mais vulneráveis à pobreza** e aos efeitos da pobreza na sua vida, tanto no curto como no longo prazo.

> *É um problema que nos convoca a todos e em que a família deve ser também um elemento central no plano da intervenção.*

Em Portugal, o ano de 2024 inicia-se com uma chamada às urnas para a eleição de um novo governo que tem pela frente desafios importantes em matéria de direitos e políticas sociais. **Do novo governo espera-se a aplicação de políticas públicas que combatam a pobreza, a exclusão social e as desigualdades**, realidades do nosso quotidiano que perduram, exigindo respostas ambiciosas, constantes, integradas e multidimensionais.

Apesar de a atual situação ser muito diferente daquela que vivemos há uma década com o período de austeridade, a verdade é que **a pobreza e a exclusão social continuam a ser problemas que afetam mais de 2 milhões de pessoas no nosso país**, segundo os últimos dados do INE (2023).

O custo da habitação, a desigualdade na distribuição dos rendimentos ou o apoio insuficiente às famílias com crianças a cargo, são fatores chave na manutenção dos números de pobreza, impedindo que milhões de pessoas possam ter uma vida digna e que limitam a concretização dos direitos e comprometem o bem-estar das crianças em situação de pobreza.

Nestas eleições, e tendo presente que, segundo os últimos dados do INE, **em 2022 cerca de 1 em cada 5 crianças se encontrava em risco de pobreza ou exclusão social**, precisamos de **garantir**:

- Que os compromissos anteriormente assumidos nas metas a atingir até 2030 em matéria de redução da pobreza infantil sejam cumpridos, independentemente da conjuntura política e económica e dos seus efeitos a médio prazo.
- Uma **intervenção integrada centrada nas várias dimensões da saúde, da educação, da habitação, da família, da proteção, da economia, da política de rendimentos e da cultura**, de forma a garantir o bem-estar das crianças e jovens, hoje e no futuro.
- Que **os direitos da criança são uma prioridade**, reconhecendo e valorizando o papel da **participação ativa das crianças na construção do mundo onde vivem**. As crianças não votam, mas assumem um papel fundamental no presente e no futuro do nosso país e por isso devem ser adequadamente consideradas nos programas eleitorais.

Colocar a pobreza infantil na agenda política.

- Que **o combate à pobreza deve ser uma aposta nos primeiros anos de vida das crianças** e que este tem de ser assegurado a todas as famílias, em particular aquelas que se encontram em situação de desfavorecimento social. “O que se passa na infância, não fica na infância”.
- Um **compromisso político de todos os partidos**, crucial para assegurar a continuidade do tema da pobreza infantil na agenda política e para garantir uma sociedade mais equitativa.
- Uma fase de análise que identifique as forças e as fraquezas das políticas públicas existentes, designadamente no âmbito da Garantia Europeia para a Infância. É necessário definir indicadores que permitam o acompanhamento, a monitorização e a avaliação de impacto das medidas adotadas.
- Uma **abordagem colaborativa que envolva stakeholders nacionais, regionais e locais**, e a **sociedade civil**.
- Um **conhecimento aprofundado da realidade da infância, mais próximo das crianças**, das suas singularidades e sobre os perfis de crianças em situação de pobreza.

fevereiro, 2024

Os subscritores:

Amélia Bastos, Economista, ISEG / Universidade de Lisboa

CNASTI Confederação Nacional de Ação sobre Trabalho Infantil

Comité Português para a UNICEF

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

Fernando Diogo, Sociólogo, Professor Associado com Agregação da Universidade dos Açores e Investigador do CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc

Gabriela Trevisan, investigadora, ProChild CoLAB

IAC – Instituto de Apoio à Criança

Liliana Fernandes, Professora Auxiliar, Universidade Católica Portuguesa, Católica Porto Business School, Centro de Estudos em Gestão e Economia

Manuel Jacinto Sarmento, Universidade do Minho

Maria do Céu Brandão, Associação de Solidariedade e Ação Social de Santo Tirso

Maria João Leote de Carvalho, Investigadora Auxiliar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - CICS.NOVA, Universidade NOVA de Lisboa

Natália Fernandes, Professora Associada com Agregação, Universidade do Minho

EAPN Portugal / Rede Europeia Anti Pobreza

Sérgio Costa Araújo, Perito Independente em Direitos da Criança e Pobreza Infantil no contexto europeu